

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.536.698 - PR (2019/0196174-6)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE : WILLIAM SHIMAZAKI**  
**ADVOGADOS : BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA - PR048250**  
**DÉBORA SAMPAIO FUGA - PR064084**  
**AGRAVADO : SEGURADORA LÍDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**  
**ADVOGADO : LUÍSA HELENA TONELLI GUIMARAES - PR070473**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RECONSIDERAÇÃO.** AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA. PEDIDO ADMINISTRATIVO. NÃO COMPROVAÇÃO. REVISÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7, DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA CONHECER DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E NEGAR PROVIMENTO AO APELO NOBRE.

**DECISÃO**

WILLIAM SHIMAZAKI (WILLIAM) promoveu ação de cobrança contra SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO - DPVAT S.A. (SEGURADORA), objetivando o reconhecimento do direito de receber valores decorrentes de indenização de seguro DPVAT por sua invalidez ocasionada por acidente de trânsito.

Em primeira instância, o pedido foi julgado procedente para condenar ao pagamento de indenização do seguro DPVAT (e-STJ, fls. 319/322).

Interposta apelação pela SEGURADORA o TJ/PR proveu o recurso e julgou prejudicado o recurso adesivo, em acórdão assim ementado:

*DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. PRELIMINAR DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. NÃO ACOLHIMENTO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. NECESSIDADE. DEMANDA AJUIZADA APÓS 03/09/2014. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ÔNUS SUCUMBENCIAL. INVERSÃO. 1. O art. 1010, II, CPC/15 exige que a apelação contenha a exposição do fato e*

*do direito com os quais a parte recorrente se opõe às razões de decidir deduzidas pelo juiz na sentença. 2. Consoante entendimento firmado no Supremo Tribunal Federal, após o julgamento do Recurso Extraordinário nº 631.240, bem como do Agravo em Recurso Extraordinário nº 824.712, é necessária a existência de prévio pedido administrativo para o recebimento do seguro DPVAT nas ações ajuizadas após 03/09/2014. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. RECURSO ADESIVO PREJUDICADO (e-STJ, fl. 399).*

Os embargos de declaração opostos por WILLIAM foram rejeitados (e-STJ, fls. 457/464).

Irresignado, WILLIAM interpôs recurso especial com fulcro no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, alegando violação do art. 884 do CC/2002, bem como divergência jurisprudencial.

O apelo especial não foi admitido em virtude da incidência das Súmulas nº 7 do STJ e 284 do STF.

Seguiu-se o agravo em recurso especial em que WILLIAM alegou (1) inaplicabilidade da Súmula nº 7 do STJ, por não haver necessidade de reexame de provas, mas a reavaliação do conjunto probatório; (2) demonstrou o cotejo analítico; (3) não incidência da Súmula nº 284 do STF, pois foi especificado o motivo da reforma da decisão proferida em primeiro grau; e, (4) divergência jurisprudencial.

Em decisão monocrática da relatoria do Ministro Presidente do STJ, o recurso não foi conhecido, com amparo no art. 21-E, V, c/c 253, parágrafo único, I, do RISTJ, porque não foram atacados especificamente os fundamentos da decisão agravada.

Nas razões do presente agravo interno, WILLIAM alegou (1) a inaplicabilidade da Súmula nº 284 do STF, pois indicou quais foram os dispositivos violados; e, (2) que demonstrou o cotejo analítico e o dissídio jurisprudencial.

Houve impugnação ao recurso (e-STJ, fls. 643/647).

É o relatório.

DECIDO.

Tendo em vista as alegações trazidas no agravo interno, **reconsidero** a decisão agravada para conhecer do agravo em recurso especial e passo à nova análise do recurso especial.

O recurso não comporta provimento.

**(1) Da incidência das Súmulas nº 7 do STJ.**

O Tribunal de origem, com amparo no acervo fático-probatório dos autos, no que se refere a falta de interesse de agir, julgou nos seguintes termos:

*A seguradora apelante sustenta que a r. sentença deve ser reformada para o reconhecimento de inexistência de interesse de agir da parte autora, visto que esta não realizou pedido administrativo com intuito de receber o montante indenizatório extrajudicialmente.*

*Com relação à falta de interesse de agir por não ter a parte autora formulado pedido administrativo, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 631.240, em que foi reconhecida repercussão geral sobre o tema, passou a exigir, nas demandas previdenciárias ajuizadas após o julgamento em questão (03/09/2014), a comprovação de formulação de pedido administrativo para caracterização do interesse de agir. Por outro lado, nas demandas propostas em momento anterior ao julgamento, deve ser observada a configuração de uma das hipóteses previstas nos item 6 e 7, citadas abaixo, para configuração do interesse de agir. Veja-se:*

*[...]*

*Posteriormente, no julgamento do AgR RE nº 824.712, de relatoria da Min<sup>a</sup> Cármen Lúcia, o entendimento firmado no precedente supracitado, oriundo de demanda previdenciária, foi estendido às ações em que se postula o pagamento do seguro obrigatório DPVAT. A esse respeito, insta colacionar:*

*[...]*

***In casu, em que pese o autor ter encaminhado notificação premonitória (mov. 1.10) e de ter juntado aos autos o aviso de recebimento (1.11), não instaurou o processo administrativo cabível na espécie, de modo que não houve pretensão resistida da seguradora e não está demonstrada a negativa de pagamento do seguro DPVAT.***

*Nesse passo, cumpre destacar que a exigência do prévio pedido extrajudicial não implica na criação de óbices desnecessários ao pagamento do seguro pela requerida, mas busca propiciar que a demanda seja resolvida sem se valer do Poder Judiciário para tal.*

*Feitas tais considerações, verifica-se que no caso em análise a ação foi ajuizada posteriormente à data do julgamento da repercussão geral (03/09/2014), e não houve pedido administrativo eficaz a caracterizar a resistência da seguradora ao cumprimento da obrigação, evidenciando-se a ausência do interesse de agir do autor. Nesse sentido, destacam-se os seguintes julgados desta Egrégia Corte de Justiça:*

*[...]*

***Embora o autor, em sede de impugnação à contestação (mov.***

21.1 - fl. 2), tenha alegado que "a Seguradora exige diversos documentos para entrada do processo administrativo que vão além daqueles estipulados em lei", sequer juntou aos autos prova de quais documentos exigidos excedem os ditames da Lei nº 6.197/74. Em verdade, caso houvesse pleiteado extrajudicialmente, o autor poderia obter a satisfação do direito de forma, até mesmo, mais célere.

No mais, conclui-se que a prestação jurisdicional não é verdadeiramente necessária aos fins perseguidos pelo segurado, de modo que inexistindo negativa da seguradora, não há que se falar em lesão ou ameaça ao direito, impondo-se o provimento do recurso de apelação da ré, com a modificação da sentença, extinguindo o feito sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VI, do NCPC.

Diante do acolhimento do recurso de apelação da ré e a conseqüente extinção do feito sem resolução de mérito, fica prejudicada a análise do recurso adesivo da parte autora (e-STJ, fls. 402/407 - sem destaques no original).

Desse modo, para se chegar à conclusão diversa da que chegou o eg. Tribunal de origem, seria inevitável o revolvimento do arcabouço fático-probatório, procedimento sabidamente inviável na instância especial por incidir a Súmula nº 7 do STJ: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

A propósito:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO DPVAT. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INTERESSE RECURSAL. AUSÊNCIA. EXTINÇÃO DO FEITO. PEDIDO ADMINISTRATIVO. NÃO COMPROVAÇÃO. PRETENSÃO RESISTIDA. INEXISTÊNCIA. SÚMULA Nº 7/STJ. HONORÁRIOS. RESPONSABILIDADE DO AUTOR. SÚMULA Nº 568/STJ.*

*1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).*

*2. Nas hipóteses de extinção do processo sem resolução do mérito, a responsabilidade pelo pagamento de honorários e custas deve ser fixada com base no princípio da causalidade, segundo o qual a parte que deu causa à instauração do processo deve suportar as despesas dele decorrentes. 3. Na presente hipótese, não está comprovado nos autos que foi realizado o pedido administrativo e que houve recusa*

*injustificada da seguradora em exhibir os documentos pleiteados, impondo-se à parte autora os ônus de sucumbência. Incidência das Súmulas nºs 7 e 568/STJ.*

*4. Agravo interno não provido.*

(AgInt no AREsp 1441082/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 26/8/2019, DJe 30/8/2019 - sem destaque no original)

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. NÃO COMPROVAÇÃO DE FORMULAÇÃO DE REGULAR REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. SUCUMBÊNCIA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.*

*1. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).*

*2. "Nas hipóteses de extinção do processo sem resolução do mérito, a responsabilidade pelo pagamento de honorários e custas deve ser fixada com base no princípio da causalidade, segundo o qual a parte que deu causa à instauração do processo deve suportar as despesas dele decorrentes" (AgInt nos EDcl no REsp 1736937/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/11/2018, DJe 16/11/2018).*

*3. Agravo interno a que se nega provimento.*

(AgInt no AREsp 1410139/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, j. 5/9/2019, DJe 18/9/2019)

**(2) Da incidência da Súmula nº 7 do STJ - cotejo.**

A jurisprudência desta Corte firmou o entendimento de que não é possível o conhecimento do apelo nobre interposto pela divergência, na hipótese em que o dissídio é apoiado em fatos, e não na interpretação da lei. Isso porque a Súmula nº 7 do STJ também se aplica aos recursos especiais interpostos pela alínea c do permissivo constitucional.

A propósito:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DEVOLUÇÃO EM DOBRO. MÁ-FÉ DO CREDOR. INEXISTÊNCIA. REEXAME. SÚMULA Nº 7/STJ. VERBA HONORÁRIA. APRECIÇÃO EQUITATIVA. LIMITES. VALOR FIXO. CABIMENTO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº*

7/STJ.

[...]

3. Não há como rever a conclusão do tribunal de origem, acerca da ausência de má-fé do credor a justificar a devolução em dobro dos valores pagos indevidamente, sem a análise de fatos e provas, o que é inviável no recurso especial devido à incidência da Súmula nº 7/STJ.

[...]

6. O reexame do conjunto fático-probatório da causa obsta a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela "c" do permissivo constitucional.

7. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.231.900/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 8/5/2018, DJe 15/5/2018).

Nessas condições, **DOU PROVIMENTO** ao agravo interno para **CONHECER** do agravo em recurso especial e **NEGAR PROVIMENTO** ao apelo nobre.

**MAJORO** os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor da WILLIAM em 5% sobre o valor da condenação, limitados a 20%, nos termos do art. 85, §§ 2º e 11, do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator